

## A DIFÍCIL CONVIVÊNCIA ENTRE LAICIDADE E A PRESENÇA DE SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

THE DIFFICULT COEXISTENCE BETWEEN LAICITY AND THE PRESENCE OF RELIGIOUS SYMBOLS  
IN PUBLIC SPACES

Clemildo Anacleto da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Esse texto tem por objetivo fazer uma reflexão a respeito da relação entre a presença de símbolos religiosos em espaços públicos e a concepção de laicidade. Nesse sentido, o texto pretende abordar a seguinte questão: Há incompatibilidade entre essas duas possibilidades? Examinará a tensão entre a presença de símbolos religiosos e a concepção de Estado laico. Pretende discutir a tese, segundo a qual, a presença de símbolos religiosos torna-se uma ameaça na medida em que um grupo religioso hegemônico ou privilegiado pelo Estado, utiliza o espaço público para delimitar território ou demonstrar força.

**Palavras-chave:** 1. Símbolo religioso. 2. Diversidade religiosa. 3. Laicidade do Estado .

### Abstract

This paper aims to reflect on the relationship between the presence of religious symbols in public spaces and the conception of laicity. In this sense, this text intends discuss the following question: Is there incompatibility between these two possibilities? Examine the tension between the presence of religious symbols and the conception of laic State. Intends to discuss the thesis that the presence of religious symbols becomes a threat to the extent that a hegemonic religious group or privileged by the state uses public space to delimit territory or demonstrate streng

**Keywords:** 1. Religious symbol. 2. Religious diversity. 3. Laicity state

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Religião, mestre em Educação e licenciado em Filosofia. Professor do Mestrado em Reabilitação e Inclusão e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Intolerância Religiosa e Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista – IPA, em Porto Alegre.

## Considerações Iniciais

Diferentemente da Europa, discutir a respeito da laicidade no Brasil não é discutir o isolamento ou a não presença da religião. Mais importante do que isso é perguntar: Quais relações o Estado pode estabelecer com a religião sem que isso se caracterize ameaça ao estado laico?

O último Censo do IBGE de 2010 demonstrou que no Brasil a religiosidade ainda está hegemonicamente marcada pela experiência cristã. Os católicos representam 64% da população, enquanto os protestantes representam 22%. Desses 22%, cerca de 14% são de pentecostais e cerca de 8% são de evangélicos de missão ou protestantes tradicionais.

A diversidade religiosa brasileira ainda é pequena no que diz respeito a representatividade numérica, mas é grande no que diz respeito ao número de grupos religiosos. Em relação aos grupos de matriz africana o IBGE apontou que representam 0,3% da população. Especificamente em relação ao Rio Grande do Sul, ao contrário do que se pensa, é o estado brasileiro que tem maior proporção de adeptos dos cultos afro-brasileiros. É o estado no qual a proporção de umbandistas e candomblecistas se configura como a maior no país. No RS 1,6% da população se declara adeptos da umbanda e candomblé.

Assim como em outras regiões do país, o RS também é marcado pela presença da religião. Especialmente em na capital do estado, é possível observar símbolos religiosos em vários locais públicos.

Discutir a laicidade do Estado no Brasil passa inevitavelmente por alguns assuntos como a questão da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, a presença do Ensino Religioso nas escolas públicas e a influência política dos grupos religiosos. A sociedade brasileira é altamente marcada pela presença de símbolos religiosos. Esses símbolos não se restringem somente a construção de templos ou locais de cultos. É possível enxergarmos diferentes símbolos religiosos presentes em espaços públicos abertos e fechados. Dentre eles, os monumentos à Bíblia, imagens de santos, líderes religiosos ou de orixás que são facilmente encontrados nas praças, nas margens dos de rios e praias, sem contar os símbolos cristãos espalhados nas repartições públicas.

## O que é um símbolo religioso

Como esse texto se propõe a falar sobre os símbolos religiosos, julgo que seja importante iniciar tentando descrever ou dizer o que é ou o que caracteriza algo como

símbolo religioso. O próprio nome já indica que não se trata de qualquer símbolo ou do símbolo como algo geral. Este símbolo do qual estamos falando vem qualificado pela palavra religioso. O que faz um símbolo qualquer se tornar religioso? Numa primeira e rápida definição um símbolo se torna religioso porque faz parte da liturgia ou celebração de determinado grupo. Este símbolo precisa ter um significado para o grupo. O símbolo passa a ter caráter religioso porque o fiel experimentou ou teve uma experiência religiosa com este símbolo.

Rubem Alves afirma que os símbolos têm valor porque dão significados que vão além do seu valor natural. Os símbolos são sinais visíveis de uma teia de significação invisíveis. Os símbolos adquirem um valor religioso porque estão ligados a significados que dão sentido à vida, como a felicidade, a morte e o próprio sentido da existência. Segundo ele: “há verdades que são frias e inertes. Nelas não se dependura nosso destino. Quando, ao contrário, tocamos nos símbolos em que nos dependuramos, o corpo inteiro estremece. E esse estremecer é a marca emocional/existencial da experiência do sagrado.”<sup>2</sup> Desta forma, os objetos visíveis adquirem uma dimensão nova, passam a ser *sinais* de realidades invisíveis.

Paul Tillich também corrobora com essa ideia quando afirma que:

Todo símbolo religioso se nega a si mesmo em seu sentido literal, mas se afirma em seu sentido autotranscendente. Não é um sinal que aponta para algo que não tem uma relação intrínseca, mas representa o poder e sentido daquilo que simboliza através de sua participação nele. O símbolo participa da realidade que simboliza. Portanto, não podemos dizer de algo que é apenas um símbolo. Isso seria confundir símbolo com sinal.<sup>3</sup>

O símbolo religioso pode adquirir novos significados ou ser ressignificado de acordo com o andamento histórico. Por exemplo, na sociedade capitalista atual, o simbolismo do Natal cristão tomou a forma de consumismo, perdendo o sentido original. Existe também uma forma intencional de mudar o significado de determinado símbolo quando se quer deturpar ou rejeitar determinado grupo religioso ou determinada cultura. Nesse caso, os símbolos culturais ou religiosos são apresentados de forma pejorativos ou maléficos.

Peter Berger entende que no processo de secularização, as instituições e os símbolos religiosos perdem importância, mas além disso, ele defende que é necessária uma

---

<sup>2</sup> ALVES, Rubem. **O que é religião**. São Paulo: Loyola, 1999. p.20

<sup>3</sup> TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p.305

secularização da consciência, ou seja, o indivíduo não precisa mais recorrer a religião para que a sua existência adquira sentido. Segundo ele, “o ocidente moderno tem produzido um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas”.<sup>4</sup>

O fato de qualquer objeto ou mesmo pessoa (uma pessoa também pode ser um símbolo religioso) ser utilizada ou fazer parte de uma celebração não lhe confere o adjetivo de religioso. No entanto, como diz Durkheim, “os sentimentos coletivos podem encarnar-se igualmente em pessoas ou em fórmulas: há fórmulas que são estandartes; há personagens, reais ou míticas, que são símbolos.”<sup>5</sup>

Portanto, qualquer objeto que faça parte de um espaço de celebração de um grupo religioso, não se torna automaticamente um símbolo religioso. Porém todo espaço religioso pode ser considerado espaço sagrado. Mas o fato de alguma coisa pertencer aquele espaço não significa que seja automaticamente um objeto religioso ou sagrado. Por exemplo: os bancos de uma igreja não é um símbolo religioso e nem também é sagrado, Mas se determinado objeto, por exemplo, tiver sido usado por alguém considerado santo ou divino, ele passa a ter um significado diferente. Não é mais um simples objeto entre os outros.

### **O símbolo religioso e o sagrado**

O símbolo religioso está relacionado a uma *hierofania*, ou seja, a manifestação do sagrado. O sagrado de alguma forma faz parte daquele símbolo. O símbolo está impregnado pelo sagrado. Todavia, a *hierofania* não acontece fora da história. Nesse sentido, todo símbolo religioso está ligado a um fato histórico preciso. O símbolo recebe uma interpretação dentro de um momento histórico. “O fenômeno religioso é sempre um fenômeno histórico, e se é histórico, é condicionado. Não há fenômeno religioso em estado puro [...] os fenômenos religiosos são cunhados pelo momento histórico que os viu nascer.”<sup>6</sup>

Ao mesmo tempo, para que o símbolo religioso tenha o caráter sagrado, ele precisa transcender a história. O símbolo religioso não precisa ser necessariamente sagrado. A condição de sagrado atribuído a um símbolo gera mais respeito, devoção e sensação da

---

<sup>4</sup> BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo, Paulus, 1985. p.119.

<sup>5</sup> DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989. p.288.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, André Eduardo. **O sagrado e a História**. Fenômeno religioso e valorização da história à luz do anti-historicismo de Mircea Eliade. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p.457.

presença de uma potência divina. “Como diz Eliade, a pedra sagrada, a árvore sagrada, não são adoradas enquanto tais; ela o são justamente porque são hierofanias, porque mostram algo que não é pedra nem árvore, mas o sagrado, o totalmente outro.”<sup>7</sup> O símbolo religioso ao adquirir a qualidade de sagrado lhe confere também um sentido a-histórico, transcendente. No entanto, como já mencionado, é possível que algo seja visto como um símbolo religioso mas não necessariamente carregue a qualidade do sagrado.

No mundo antigo era comum a presença de símbolos religiosos espalhados pelas cidades, principalmente as representações das divindades. Algumas eram colocadas na entrada da cidade ou em local de destaque para servir de proteção contra os inimigos. A religião era um componente das exigências para se tornar cidadão. Ao assumir a cidadania a pessoa assumia também a divindade ou religião da cidade.

Entre os 16 e 18 anos, o homem, apresenta-se para ser admitido à cidade. Nesse dia, diante do altar e da carne fumegante da vítima, pronuncia um juramento pelo qual se obriga, entre outras coisas, a respeitar sempre a religião da cidade. A partir desse dia, é iniciado no culto público e torna-se cidadão.<sup>8</sup>

No Brasil os símbolos religiosos representam uma história marcada pela colonização, presença da igreja e do cristianismo. Os símbolos não são neutros. Trazem lembranças. Fazem as pessoas recordarem situações e construírem relações que podem trazer boas lembranças ou grandes frustrações. Ademais os símbolos marcam um período no qual o Estado se pautava pela influência e poder da igreja.

No Brasil, os símbolos religiosos estão presentes em quase todos os espaços públicos fechados e abertos. Denomino espaços públicos fechados as instituições ou prédios públicos que prestam serviço à população. Classifico como espaços públicos abertos as ruas, praças ou parques.

É muito comum encontramos nas cidades brasileiras monumentos ou símbolos religiosos em espaços públicos. Nas praças em geral encontramos monumentos à Bíblia, mas também há imagens de santos católicos ou imagens de divindades de outras religiões como Budas, Orixás etc. Estes símbolos, muitas vezes, não se restringem somente às praças. É possível encontrar imagens de santos católicos e divindades de matriz africana próxima às praias ou rios. Em algumas cidades do Brasil as próprias prefeituras têm patrocinado a

---

<sup>7</sup> GUIMARÃES, André Eduardo. 2000, p.459.

<sup>8</sup> COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004. p.168.

construção de imagens de Cristos ou de santos católicos na entrada da cidade ou em outro local público.

Num Estado laico, os grupos religiosos não devem precisar da ajuda do Estado para buscar a adesão voluntária de sua clientela. O Estado não pode ser parceiro do grupo religioso no seu esforço proselitista para angariar adeptos.

### **Símbolo religioso e laicidade**

Os conceitos de laicidade e secularização são muito próximos, no entanto existe uma diferença entre eles. É muito difícil mencionar um sem mencionar o outro. Eles se complementam.

A secularização é um processo no qual a religião perde importância ou espaço na sociedade. Ela deixa de ser o parâmetro para a discussão e decisão a respeito dos direitos civis, bem como dos valores sociais, éticos e morais. Nesse aspecto a religião perde controle sobre a vida das pessoas e da sociedade. Peter Berger afirma que “secularização é o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”.<sup>9</sup>

Laicidade diz respeito a separação entre religião e Estado. O Estado se apresenta como neutro em termos confessionais. As instituições do Estado também são autônomas em relação à religião. Elas não estão submetidas nem submissas aos valores, desejos e interesses religiosos. O Estado deve garantir o mesmo tratamento a todas as confissões religiosas e garantir a liberdade de expressão também aos que não creem. “O Estado é, como se costuma dizer (e em princípio), neutro em relação aos grupos, tolerando a todos, e autônomo em seus objetivos.”<sup>10</sup>

Em alguns países europeus (França, Alemanha, Bélgica) existem leis que proíbem a ostentação de símbolos religiosos nas instituições públicas, principalmente nas escolas. Ao que tudo indica esta é uma reação muito mais política do que uma preocupação com a laicidade. A maioria dessas proibições diz respeito aos costumes islâmicos. Devido ao grande número de imigrantes muçulmanos, muitos europeus os enxergam como ameaça. Isso

---

<sup>9</sup> BERGER, 1985, p.119.

<sup>10</sup> WALZER, Michael. **Da tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.43.

decorre do fato de que os muçulmanos são vistos como detentores de uma cultura que prega a violência e a opressão contra as mulheres.<sup>11</sup>

Na sociedade atual, ainda existem países em que um grupo religioso é privilegiado em detrimento do outro. No mundo moderno, há um entendimento segundo o qual, o Estado deve garantir a possibilidade da diversidade e pluralidade religiosa, sem que isso resulte em privilégio para nenhum grupo. Além disso, o Estado deve também garantir a mesma liberdade. De nada adianta reconhecer a diversidade mas manter relação de privilégio com algum grupo.

Nessa discussão a respeito da presença dos símbolos religiosos na sociedade, encontraremos duas posições: De um lado estão aqueles que defendem que combater o símbolo já presente nos locais públicos é sinal de discriminação ou intolerância. De outro lado estão aqueles que defendem que a não presença do símbolo também pode ser visto como uma discriminação.

No Brasil ainda não tivemos sérias discussões a respeito da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. O caso mais emblemático aconteceu no Rio Grande do Sul. Em 2012 o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça desse estado, votou pela retirada de símbolos religiosos do espaço público do judiciário. Porém, basta andar por qualquer cidade no Brasil, principalmente no interior, para verificarmos que o espaço público está eivado de símbolos religiosos. Não existe, no Brasil, nenhuma lei ou regra que estabeleça os limites desta relação.

A ideia de laicidade foi muitas vezes apresentada como um valor pertencente as sociedades modernas, evoluídas. A presença da religião era entendida como fator de atraso e superstição. Porém, laicidade não significa necessariamente ausência de religião.

No entanto, percebe-se que o movimento, exercido principalmente pelas vertentes religiosas cristãs do catolicismo e protestantismo, não demonstram estar preocupados com a laicidade, pelo contrário, as mobilizações indicam que estão mais preocupados em ocupar e disputar os espaços públicos. Porém, o Estado, em suas decisões, deve levar em conta o indivíduo como cidadão e não como membro de grupos.

---

<sup>11</sup> NUSSBAUM, Martha C. **The New Religious Intolerance**. Overcoming the politics of fear in an anxious age. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2012.

## Símbolo religioso e intolerância

Uma cena marcante aconteceu em 2001 no Afeganistão. O grupo Taleban ordenou a implosão das gigantescas estátuas de Buda, escavadas no século V nas montanhas de Bamiyan. Nesse ato foi possível enxergar a intolerância religiosa para com um símbolo religioso de outra tradição. Não se sabe exatamente quais os argumentos utilizados para realização deste ato. As reportagens da época diziam que os Talebans consideravam as estátuas ofensivas. Nesse caso, as estátuas não eram somente símbolos religiosos, eram também símbolos artísticos, culturais. Aqui há um outro problema: existem símbolos religiosos que já se tornaram patrimônios históricos da humanidade e, assim sendo, não podem mais serem vistos apenas como presença de um símbolo religioso.

Se levarmos em consideração o argumento de que as estátuas eram ofensivas a cultura ou a religiosidade, deveríamos pensar na situação dos símbolos religiosos que se encontram presentes nos locais públicos e nas instituições públicas. É possível que alguém se sinta incomodado ou sinta-se agredido por causa da presença de um símbolo religioso? Em geral esta disputa está restrita aos grupos que lutam pela laicidade ou os grupos declaradamente ateus. O povo em geral ainda não percebeu esta relação entre o espaço público e a presença de símbolos religiosos. Evidentemente que no caso das sociedades ocidentais ou de maioria cristã, a presença do símbolo religioso cristão é vista com normalidade. Acredito que deva acontecer a mesma situação em sociedades budistas, islâmicas, hinduístas etc.

A situação começa a incomodar somente quando a religiosidade hegemônica se depara com uma situação na qual o símbolo religioso de outro grupo também passa a ocupar os mesmos espaços; ou quando a religiosidade de grupos minoritários ou discriminados passam a exigir os mesmos direitos. Portanto, a tendência é que a religiosidade hegemônica ache normal e até mesmo benéfica a presença de seus religiosos em espaços públicos. No entanto, no momento em que se questiona a presença de um determinado símbolo e não de outro, a religiosidade hegemônica percebe que essa situação já não é mais tão pacífica como se defendia ou pensava.

Há uma outra questão: A presença do símbolo pode significar uma discriminação, visto que aquele símbolo não é representativo de todos os grupos religiosos. Parece-me que seria mais prudente deixar o espaço público livre de simbologia religiosa, porque toda vez que um grupo é contemplado outro poderá se sentir preterido. De igual maneira, não é



possível contemplar todos os grupos e todos os símbolos. Há quem reaja tentando minimizar a questão. Porém, se a presença do símbolo religioso não constitui em problema, porque existe resistência?

Até o momento nos referimos a símbolos religiosos materializados. Mas há também os símbolos que se apresentam como conceitos, personagens ou ensinamentos. No cristianismo por exemplo, a ressurreição, Maria, Jesus, a Bíblia e muitos outros são símbolos marcantes. Da mesma forma, no islamismo, Maomé, os profetas, o Alcorão etc, são símbolos que, devido a sua grande importância e significado, os fiéis tendem a protegê-los com mais veemência. Em outros grupos religiosos também há essa mesma aura que envolve seus símbolos. Nesses casos, o símbolo religioso em geral, são alvos de veneração. Isto ocorre porque, segundo Durkheim, o símbolo é a representação ou exteriorização de uma vivência, assim sendo, o símbolo “tem por finalidade não representar ou lembrar objeto determinado, mas testemunhar que determinado número de indivíduos participam da mesma vida moral.”<sup>12</sup> A presença do símbolo demonstra que existe um grupo que se reúne em torno de um mesmo sinal.

Um exemplo de reação a crítica que se faz aos símbolos religiosos geralmente acontece quando se lança algum filme, peça teatral ou mesmo uma sátira envolvendo um símbolo religioso; que nesse caso, pode ser um personagem, ou um símbolo físico ou uma ideia. Na história recente há exemplos de reações a filmes, livros ou ideias que são entendidas como ofensivas. No Brasil essas reações não passam de manifestações sem muitas consequências. Em outras situações ou sociedades essas reações podem ser mais contundentes.

A questão que devemos levantar é: o que é de fato intolerância religiosa, liberdade de expressão, crítica ou desrespeito? A religião está isenta de crítica? Qualquer crítica a religião pode ser entendida como intolerância? A minha liberdade de expressão me dá a liberdade de falar o que bem entender? A propósito, a Declaração Sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, em seu artigo segundo, define intolerância da seguinte forma: “entende-se por intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o

---

<sup>12</sup> DURKHEIM, Émile. 1989. p.289.

fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.” .

Entendo que esses limites ainda não estão claros. Evidentemente que algumas ações são claras, não necessitando de muita explicação para entender que trata-se de um caso de intolerância religiosa ou desrespeito. O caso mais emblemático é o do escritor inglês de origem indiana Salman Rushdie que em 1989 escreveu um livro cujo título era: “Versos Satânicos”, no qual fazia crítica ao islã. Após a publicação o escritor foi perseguido e sentenciado à morte por uma ala radical do islamismo. Após esse fato, diversas reações aconteceram.

No filme, a “Última tentação de Cristo,” lançado em 1988, houve reação da Igreja Católica. O filme retratava a figura de Jesus como uma pessoa normal que teve um relacionamento com uma mulher, constituiu família e que não morreu na cruz. Recentemente no Brasil a Igreja Católica Romana reagiu a duas situações. A primeira diz respeito a uma peça intitulada “Jesus Cristo Superstar”. Trata-se de uma peça musical, realizada nos anos setenta e reeditada nos dias atuais, na qual Jesus é apresentado como um revolucionário que mantém uma relação ambígua com Judas e Maria Madalena. A linguagem da peça é o Rock.

A segunda situação diz respeito a crítica que um grupo de humoristas fez acerca de algumas histórias bíblicas. O grupo, denominado “Porta dos Fundos”, encena vários episódios de histórias bíblicas, nos quais os personagens são irreverentes e não se comportam da maneira como relata a história bíblica. A história é reinterpretada com um humor muito sarcástico e na maioria das vezes contestando ou desacreditando a história bíblica.

Nos dois casos a igreja reagiu porque considerou as duas manifestações ofensivas. Essas reações não foram além de posicionamentos em entrevistas ou manifestações escritas.

### **Considerações Finais**

Portanto, diferentemente de alguns Estados europeus que se empenham em promover a secularização e impor barreiras para o desenvolvimento das religiões, defendemos que o Estado brasileiro deve garantir o direito à diversidade religiosa, a liberdade e a igualdade entre os vários grupos religiosos, promover a laicidade, o respeito e

o combate à intolerância. Agindo desta forma, entendemos que seja possível a convivência entre um Estado que promove a diversidade religiosa e ao mesmo tempo garante a laicidade.

Os símbolos religiosos em espaços públicos podem significar empecilho para a convivência pacífica quando eles representam exclusividade, privilégio, disputa de território e poder, ou quando o grupo religioso lança mão do poder público para garantir privilégios, utilizando o bem público em benefício próprio. No nosso país, a hegemonia religiosa representa também poder político. Se essa relação não for transparente, pode representar ameaça à laicidade.

Diante disso, se faz necessário que a laicidade seja um programa de Estado e não de governos. Ao mesmo tempo é necessário que os grupos religiosos entendam que o espaço público não pode ser campo de batalha para aumentar poder político, beneficiar e privilegiar grupos religiosos.

A religião não é empecilho para construção de uma sociedade democrática. O problema não é o banimento da religião da sociedade. A questão é garantir a livre manifestação da diversidade religiosa. Democracia pressupõe liberdade religiosa. O Estado deve garantir o direito de todos se expressarem. Este é um princípio da laicidade. “A laicidade não significa abolir a religião, mas a liberdade de decisão em matéria de religião.” (Declaração Universal da Laicidade).

A religião está cada vez mais presente na vida do povo e da sociedade brasileira. “O mundo hoje é massivamente religioso, não é em absoluto o mundo secularizado que previam (com alegria ou tristeza) tantos analistas da modernidade.”<sup>13</sup>

Há incompatibilidade entre a presença de símbolos religiosos e a laicidade do Estado, uma vez que o Estado não tem com o garantir a presença de todos. Ao mesmo tempo, a presença de um símbolo ou outro, denota preferência ou privilégio. Ao contrário do que acontece em alguns países europeus, entendo que o Estado não deve interferir ou coibir o uso de símbolos que os fiéis ostentam ou carregam consigo, a menos que este símbolo indique hostilidade ou ameaça a outros.

---

<sup>13</sup> BERGER, Peter. **A dessecularização do mundo**: uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 200, p. 9-23, 2001. p.16.

## Referências

- ALVES, Rubem. **O que é religião**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BERGER, Peter. **A dessecularização do mundo**: uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, 200, p. 9-23, 2001
- BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo, Paulus, 1985.
- COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 1989.
- GUIMARÃES, André Eduardo. **O sagrado e a História**. Fenômeno religioso e valorização da história à luz do anti-historicismo de Mircea Eliade. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- NUSSBAUM, Martha C. **The New Religious Intolerance**. Overcoming the politics of fear in an anxious age. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2012.
- TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. São Leopoldo: Sinodal, 2005
- WALZER, Michael. **Da tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ZARKA, Yves Charles. **Difícil Tolerância**. A coexistência de culturas em regimes democráticos. São Leopoldo: Unisinos, 2013.